CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

PARECER Nº ³⁹, DE 2016-CN

Ao Projeto de Lei nº 011, de 2016-CN que "abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 10.560.436,00, para os fins que especifica".

Autor: **PODER EXECUTIVO**

Relator: Deputado Benito Gauer

I. RELATÓRIO

O Senhor Presidente da República submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 11, de 2016-CN (Mensagem nº 397/2016, na origem), que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 10.560.436,00 (dez milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais), para os fins que especifica.

A Exposição de Motivos nº 00138/2016/MP, de 5 de julho de 2016, que acompanha a proposição, informa que a proposta tem por finalidade o remanejamento de dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência de emendas individuais, em atendimento à indicação pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo, por meio da Mensagem nº 49 (CN), de 13 de junho de 2016, conforme art. 65, caput, inciso II, alínea "a", da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016 – LDO-2016¹

Por se tratar de **inclusão de categoria de programação não contemplada na Lei Orçamentária de 2016**, o crédito será viabilizado mediante Projeto de Lei de crédito especial, em conformidade com o art. 41, II, da Lei nº 4.320, de 1964, e os recursos para a respectiva abertura decorrerão de anulação de dotações orçamentárias relativas a emendas individuais, nos termos do art. 43, §1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

Esclarece, ainda, em atendimento ao que dispõe o art. 42, § 4º, da LDO 2016, que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário fixada para o corrente exercício, uma vez que se referem a remanejamento entre despesas primárias do Poder Executivo para priorização das novas programações, as quais serão executadas de acordo com os limites de movimentação e empenho específicos de emendas individuais, constantes do Anexo I do Decreto nº 8.670, de 12 de fevereiro de 2016, conforme estabelecem o § 2º do art. 1º do referido Decreto e o § 13 do art. 55 da LDO-2016.

E destaca que ajustes do Plano Plurianual 2016/2019², porventura necessários em decorrência das alterações promovidas pelo presente crédito especial, deverão ser realizados de acordo com o inciso I do art. 15 da referida Lei.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição.

É o relatório.

¹ Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015.

² Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

II. ANÁLISE

Do exame do projeto, verifica-se que a iniciativa do Poder Executivo não contraria dispositivos constitucionais e preceitos legais pertinentes à matéria.

Com efeito, encontram-se satisfeitas as disposições constitucionais do art. 167, incisos V e VI, que vedam a abertura de crédito especial sem prévia autorização legal e sem indicação dos recursos correspondentes, bem como a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, sem prévia autorização legislativa. O projeto também atende o disposto no art. 166, § 14, III³, da Constituição, que dispõe sobre o prazo para que o Poder Executivo encaminhe projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável, visando o atendimento da obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira de programações decorrentes de emendas individuais ao orçamento, nos termos do mesmo artigo, § 11⁴.

Sob a ótica legal, também se encontram plenamente atendidas as disposições do art. 43⁵ da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e as previstas no Plano Plurianual vigente (PPA 2016-2019)⁶.

Da mesma forma, há perfeita conformação do projeto com as disposições constantes da LDO 2016, em especial quanto às prescrições do art. 42⁷. Restringe-se a um único tipo de crédito adicional e a exposição de motivos esclarece que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual.

Foi realizado cotejo entre as informações para remanejamento de dotações decorrentes de emendas para outras programações encaminhadas pelo Congresso Nacional, com base no Sistema de Indicação Legislativa Orçamentária (Silor), com fundamento no art. 166, §14, II⁸, da Constituição e no art. 65, II, a⁹, da LDO 2016, para saneamento dos impedi-

³Art. 166, “§ 14. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas: (...)”

III - até 30 de setembro ou até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no inciso II, o Poder Executivo encaminhará projeto de lei sobre o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (...)”

⁴Art. 166, “§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da receita corrente líquida realizada no exercício anterior, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.”

⁵Lei nº 4.320/1964: “Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.”

⁶Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016.

⁷“Art. 42. Os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais serão encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, também em meio magnético, por Poder, sem prejuízo do disposto no § 11 deste artigo, e, preferencialmente, consolidados de acordo com as áreas temáticas definidas no art. 26 da Resolução no 1, de 2006-CN, ajustadas a reformas administrativas supervenientes.

§ 1º Cada projeto de lei e a respectiva lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido nos incisos I e II do art. 41 da Lei no 4.320, de 1964.

§ 2º O prazo final para o encaminhamento dos projetos referidos no caput é 15 de outubro de 2016.

§ 3º Acompanharão os projetos de lei concernentes a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução de atividades, projetos, operações especiais e respectivos subtítulos e metas.

§ 4º As exposições de motivos às quais se refere o § 3º, relativas a projetos de lei de créditos suplementares e especiais destinados ao atendimento de despesas primárias, deverão conter justificativa de que a realização das despesas objeto desses créditos não afeta a obtenção do resultado primário anual previsto nesta Lei. (...)”

§ 10. Os créditos de que trata este artigo, aprovados pelo Congresso Nacional, serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.”

⁸Art. 166 (...) “§ 14. No caso de impedimento de ordem técnica, no empenho de despesa que integre a programação, na forma do § 11 deste artigo, serão adotadas as seguintes medidas: (...)”

II - até 30 (trinta) dias após o término do prazo previsto no inciso I, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; (...)”

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

mentos à execução. Verificamos então que as indicações efetuadas pelo Congresso Nacional são atendidas por meio deste Projeto de Lei de Crédito Suplementar, pelo Projeto de Lei de Crédito Especial (PLN 10/2016) ou por créditos suplementares abertos diretamente pelos Poderes.

II.1 Ajustes Técnicos

Foi identificada inadequação na indicação de ajuste referente ao detalhamento das programações relativas às emendas nºs 30310003, do Deputado Adail Carneiro, e 29690002, do Senador Wilder Moraes. Isso porque a despesa das ações orçamentárias devem utilizar identificador de uso da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (IU 6), conforme Art. 6º, § 11, VII, da LDO 2016.

Em vista disso, com base no art. 144, I, da Resolução nº 001, de 2006-CN, propõe-se ajuste do Indicador de Uso (emendas de relator nº 001 e 002) da seguinte forma:

Emenda de Relator	Programação											Origem do ajuste solicitado via SILOR	
	Órgão	Unidade-Orçamentária	Funcional	Ação + Subtítulo	Esf.	GND	RP	MA.	Id. Uso (1)	Fonte	Valor	Emenda	Autor da Emenda
001	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	10.122.2015.4525.1091	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Limoeiro do Norte -CE	S	3	6	41	Onde se lê: 0 Leia-se: 6	100	1.000.000	30310003	Dep. Adail Carneiro
002	36000 - Ministério da Saúde	36901 - Fundo Nacional de Saúde	10.302.2015.8535.5540	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Itauçu - GO	S	4	6	40	Onde se lê: 0 Leia-se: 6	100	250.000	29690002	Sen. Wilder Moraes

OBS. (1) Ajuste técnico para aplicação do identificador de uso próprio para os recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde (IU 6), conforme Art. 6º, § 11, VII, da LDO 2016.

III. VOTO

Diante do exposto, somos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 011, de 2016-CN**, com os ajustes técnicos implementados pelas Emendas de Relator nºs 001 e 002, na forma do Substitutivo.

Brasília, em de de 2016

Relator

⁹“Art. 65. No caso de impedimento de ordem técnica no empenho de despesa que integre as programações de que trata esta Subseção, serão adotadas as seguintes providências: (...)”

II - até trinta dias após o término do prazo previsto no inciso I deste parágrafo, o Poder Legislativo, por intermédio do Presidente do Congresso Nacional, consolidará as propostas individuais para correção das programações e informará:

a) ao Poder Executivo, o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável; e (...)”

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

RELATÓRIO DE EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 011/2016-CN

Relação de Emendas de Relator (Ajuste Técnico)

Emenda	Finalidade	Fundamento
001	Correção de identificador de uso	Art. 144, I, da Resolução nº 001, de 2006-CN
002	Correção de identificador de uso	Art. 144, I, da Resolução nº 001, de 2006-CN

Brasília, em de de 2016

Relator

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

EMENDA DE RELATOR nº 001 (ajuste técnico)

PROJETO DE LEI Nº 11/2016

ANEXO I - PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Unidade Orçamentária: 36901- Fundo Nacional de Saúde

Funcional: 10.122.2015.4525.1091 - Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Limoeiro do Norte - CE)

Onde se lê

Identificador de Uso (IU): 0

Leia-se

Identificador de Uso (IU): 6

Mantidas as demais classificações.

JUSTIFICATIVA

A emenda trata de corrigir inadequação verificada em detalhe da programação constante do Anexo I (Suplementação) do PLN 11, de 2016. A programação da ação 4525 refere-se a despesa afeta à manutenção de unidades de saúde, públicas e privadas, que integrem a rede do Sistema Único de Saúde. Tipo de despesa que, nos termos do art. 3º, II e XI, da Lei Complementar nº 141, de 2012, considera como ações e serviços públicos de saúde as referentes a “atenção integral e universal à saúde em todos os níveis de complexidade, incluindo assistência terapêutica e recuperação de deficiências nutricionais” e “ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde”.

Por esta razão deve-se utilizar não identificador de uso (IU “0”) constante do PLN na referida programação, e sim o identificador de uso (IU “6”), que deve assinalar, nos termos do Art. 6º, § 11, VII, da LDO 2016, os recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde.

Dessa forma, propomos com base no que dispõe o art. 144, I, da Resolução nº 001, de 2006-CN, o ajuste do mencionado identificador de uso, de “0” para “6”.

Brasília, em de de 2016

Relator

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

EMENDA DE RELATOR nº 002 (ajuste técnico)

PROJETO DE LEI Nº 11/2016

ANEXO I - PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Unidade Orçamentária: 36901- Fundo Nacional de Saúde

Funcional: 10.302.2015.8535.5540 - *Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Itauçu - GO.*

Onde se lê

Identificador de Uso (IU): 0

Leia-se

Identificador de Uso (IU): 6

Mantidas as demais classificações.

JUSTIFICATIVA

A emenda trata de corrigir inadequação verificada em detalhe da programação constante do Anexo I (Suplementação) do PLN 11, de 2016. A programação da ação 8535 refere-se a tipo de despesa que, nos termos do art. 3º, IX, da Lei Complementar nº 141, de 2012, considera como despesa com ações e serviços públicos de saúde as referentes a “investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde”.

Por esta razão deve-se utilizar não identificador de uso (IU “0”) constante do PLN na referida programação, e sim o identificador de uso (IU “6”), que deve assinalar, nos termos do Art. 6º, § 11, VII, da LDO 2016, os recursos destinados à aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde.

Dessa forma, propomos com base no que dispõe o art. 144, I, da Resolução nº 001, de 2006-CN, o ajuste do mencionado identificador de uso, de “0” para “6”.

Brasília, em de de 2016

Relator

CONGRESSO NACIONAL

Parecer ao PLN 011, de 2016-CN

*Aprovado
Em 23/8/2016*

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI Nº 11, de 2016-CN**

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 10.560.436,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 13.255, de 14 de janeiro de 2016), em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, crédito especial no valor de R\$ 10.560.436,00 (dez milhões, quinhentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Relator

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
 UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Especial	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00			VALOR	
	2080	Educação de qualidade para todos											481.218
		ATIVIDADES											
12 368	2080 20RP	Infraestrutura para a Educação Básica											381.218
12 368	2080 20RP 3545	Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Fernão - SP	F	4	6	40	0	100					261.218
12 368	2080 20RP 5078	Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Santo Antônio das Missões - RS	F	4	6	40	0	100					261.218
12 363	2080 8652	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica											120.000
12 363	2080 8652 1392	Apoio à Rede Pública Não Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - No Município de Campina Grande - PB	F	3	6	50	0	100					100.000
TOTAL - FISCAL													100.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													481.218

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO I		PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)										Crédito Especial	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00			VALOR	
	2081	Justiça, Cidadania e Segurança Pública											700.000
		ATIVIDADES											
06 181	2081 20ID	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública											700.000
06 181	2081 20ID 2901	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública - No Município de Passos - MG	F	4	6	30	0	100					700.000
TOTAL - FISCAL													700.000
TOTAL - SEGURIDADE													0
TOTAL - GERAL													700.000

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2085		Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social						850.000
			ATIVIDADES						
14 422	2085 20R9	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas							850.000
14 422	2085 20R9 0042	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas - No Estado de Santa Catarina	F	3	6	40	0	100	250.000
14 422	2085 20R9 7012	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas - No Município de Rolândia - PR (Atender o Cervini - Centro Nova vida)	F	3	6	99	0	100	150.000
14 422	2085 20R9 7050	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas - No Município de Iporã - PR (Fazenda Esperança Padre Cláudio Romano)	F	4	6	50	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									850.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									850.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
 UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	
	2068		Saneamento Básico						300.000
			PROJETOS						
10 511	2068 7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)							300.000
10 511	2068 7656 0267	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - No Município de Banmach - PA	S	4	6	40	6	100	300.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									300.000

TOTAL - GERAL 300.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
 UNIDADE: 36901 - Fundo Nacional de Saúde

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		Recurso de Todas as Fontes RS J.00										Crédito Especial
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR			
2015		Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)										5.579.218
		ATIVIDADES										
10 122	2015 4525	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde										2.158.000
10 122	2015 4525 0573	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Barão de Grajaú - MA	S	3	6	41	6	100				408.000
10 122	2015 4525 0756	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Turiaçu - MA	S	3	6	41	6	100				408.000
10 122	2015 4525 1091	Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde - No Município de Limoeiro do Norte - CE	S	3	6	41	6	100				750.000
10 302	2015 8535	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde										1.000.000
10 302	2015 8535 0137	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Ministro Andreazza - RO	S	3	6	41	6	100				1.000.000
10 302	2015 8535 1172	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Várzea Alegre - CE	S	3	6	41	6	100				500.000
10 302	2015 8535 2647	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Frutal - MG	S	4	6	41	6	100				1.171.218
10 302	2015 8535 5540	Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde - No Município de Itaipu - GO	S	4	6	41	6	100				1.000.000
10 301	2015 8581	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde										250.000
10 301	2015 8581 3212	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Caraciaca - ES	S	4	6	40	6	100				250.000
10 301	2015 8581 3694	Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde - No Município de Martinópolis - SP	S	4	6	40	6	100				500.000
												100.000
												400.000
												400.000
TOTAL - FISCAL												0
TOTAL - SEGURIDADE												5.579.218
TOTAL - GERAL												5.579.218

TOTAL - FISCAL	0
TOTAL - SEGURIDADE	950.000
TOTAL - GERAL	950.000

ÓRGÃO: 56000 - Ministério das Cidades
 UNIDADE: 56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	
2054 Planejamento Urbano									400.000
PROJETOS									
15 451	2054 1D73	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano							400.000
15 451	2054 1D73 1023	Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - No Município de Canindé - CE	F	4	6	40	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL								400.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								400.000	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
 UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	
2080 Educação de qualidade para todos									100.000
ATIVIDADES									
12 363	2080 6380	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica							100.000
12 363	2080 6380 1392	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica - No Município de Campina Grande - PB	F	3	6	50	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL								100.000	
TOTAL - SEGURIDADE								0	
TOTAL - GERAL								100.000	

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
 UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00						VALOR
			E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	
ANEXO II									Crédito Especial
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)									100.000

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
2080 Educação de qualidade para todos									
ATIVIDADES									
12 368	2080 20RP	Infraestrutura para a Educação Básica							120.000
12 368	2080 20RP 5077	Infraestrutura para a Educação Básica - No Município de Santo Antônio da Patrulha - RS	F	4	6	40	0	100	120.000
OPERAÇÕES ESPECIAIS									
12 847	2080 0E53	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola							261.218
12 847	2080 0E53 3545	Apoio ao Transporte Escolar para a Educação Básica - Caminho da Escola - No Município de Fernão - SP	F	4	6	40	0	100	261.218
TOTAL - FISCAL									
TOTAL - SEGURIDADE									
TOTAL - GERAL									

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30911 - Fundo Nacional de Segurança Pública

ANEXO II

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
									VALOR	
2081 Justiça, Cidadania e Segurança Pública										
ATIVIDADES										
06 181	2081 20ID	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública							700.000	
06 181	2081 20ID 7116	Apoio à Estruturação, Reaparelhamento, Modernização Organizacional e Tecnológica das Instituições de Segurança Pública - Construção da Sede da Polícia Civil de Passos - Passos - MG	F	4	6	30	0	100	700.000	
TOTAL - FISCAL										
TOTAL - SEGURIDADE										
TOTAL - GERAL										

ÓRGÃO: 30000 - Ministério da Justiça
 UNIDADE: 30912 - Fundo Nacional Antidrogas

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00	
									VALOR	
Credito Especial

2085		Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social					850.000	
ATIVIDADES								
14 422	2085 20R9	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas						250.000
14 422	2085 20R9 7056	Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas - Instituto Nacional de Segurança Pública - INSP - No Estado de Santa Catarina						250.000
14 422	2085 21SS	Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que Têm Problemas com Alcool e Outras Drogas	F	3	6	50	0	250.000
14 422	2085 21SS 7000	Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que Têm Problemas com Alcool e Outras Drogas - Fazenda Esperança Padre Romano de Ibioporá - Ibioporá - PR						600.000
14 422	2085 21SS 7002	Redes de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que Têm Problemas com Alcool e Outras Drogas - Centro de Recuperação Vida Nova - Cervin - Rolândia - PR	F	4	6	50	0	300.000
TOTAL - FISCAL								300.000
TOTAL - SEGURIDADE								0
TOTAL - GERAL								850.000

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde

ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	Recurso de Todas as Fontes R\$ 1.00					VALOR
			E S F	G N D	R P	M O D	I U E	
2068		Saneamento Básico						1.300.000
PROJETOS								
10 512	2068 10GD	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE)						1.000.000
10 512	2068 10GD 0023	Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios com população até 50.000 Habitantes, Exclusivo em Regiões Metropolitanas (RM) ou Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RIDE) - No Estado do Ceará						1.000.000
10 511	2068 7656	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos)	S	4	6	99	0	1.000.000
10 511	2068 7656 0308	Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Pequenas Comunidades Rurais (Localidades de Pequeno Porte) ou em Comunidades Tradicionais (Remanescentes de Quilombos) - No						300.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42101 - Ministério da Cultura - Administração Direta

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							Crédito Especial		
		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR	
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							400.000		
		ATIVIDADES									
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira								400.000	
13 392	2027 20ZF 0023	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Estado do Ceará		F	3	6	30	0	100	400.000	
TOTAL - FISCAL									400.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									400.000		

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42204 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							Crédito Especial		
		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR	
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							250.000		
		ATIVIDADES									
13 391	2027 20ZH	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro								250.000	
13 391	2027 20ZH 0052	Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro - No Estado de Goiás		F	3	6	40	0	100	250.000	
TOTAL - FISCAL									250.000		
TOTAL - SEGURIDADE									0		
TOTAL - GERAL									250.000		

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42207 - Instituto Brasileiro de Museus

ANEXO II		PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)							Crédito Especial		
		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00		
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO		E S F	G N D	R P D	M O D	I U	F T E	VALOR	
	2027	Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento							200.000

		ATIVIDADES										
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira										200.000
13 392	2027 20ZF 2261	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - No Município de Salvador - BA										200.000
TOTAL - FISCAL												200.000
TOTAL - SEGURIDADE												0
TOTAL - GERAL												200.000

ÓRGÃO: 42000 - Ministério da Cultura
 UNIDADE: 42902 - Fundo Nacional de Cultura

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Especial	
ANEXO II		2027										600.000	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										VALOR	
		E	G	R	M	I	F						
		S	N	P	O	U	T						
		F	D		D		E						
		Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento										600.000	
		ATIVIDADES											
13 392	2027 20ZF	Promoção e Fomento à Cultura Brasileira										500.000	
13 392	2027 20ZF 0001	F	3	6	90	0	100						100.000
13 392	2027 20ZF 0016	F	4	6	30	0	100						400.000
		PROJETOS											
13 392	2027 14U2	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais										100.000	
13 392	2027 14U2 0016	Implantação, Instalação e Modernização de Espaços e Equipamentos Culturais - No Estado do Amapá										100.000	
TOTAL - FISCAL												600.000	
TOTAL - SEGURIDADE												0	
TOTAL - GERAL												600.000	

ÓRGÃO: 51000 - Ministério do Esporte
 UNIDADE: 51101 - Ministério do Esporte - Administração Direta

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R\$ 1,00										Crédito Especial	
ANEXO II		2035										500.000	
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO										VALOR	
		E	G	R	M	I	F						
		S	N	P	O	U	T						
		F	D		D		E						
		Esporte, Cidadania e Desenvolvimento										500.000	
		ATIVIDADES											